
A CARACTERIZAÇÃO MODAL DO CONCEITO DE PROPRIEDADE ESSENCIAL E ALGUNS PROBLEMAS

Pedro Merlussi

Resumo

Uma maneira muito comum de definir o conceito de propriedade essencial é através de conceitos modais. Entretanto, esse tipo de definição enfrenta alguns contraexemplos apresentados por Kit Fine (1994). Além disso, Fine oferece uma caracterização alternativa do conceito de propriedade essencial que não faz uso de conceitos modais. Neste artigo, defendo que (i) a caracterização alternativa de Fine não é bem-sucedida e que (ii) seus contraexemplos tampouco o são.

Palavras-chave

Propriedade essencial; Kit Fine; caracterização modal; caracterização definicional

Abstract

A very common way to define the concept of essential property is through modal concepts. However, this sort of definition faces some counterexamples presented by Kit Fine. In addition, Fine gives an alternative characterization of essential property, which uses no modal concepts. In this paper, I argue that (i) the alternative characterization is not successful and that (ii) neither are Fine's counterexamples.

Keywords

Essential property; Kit Fine; modal characterization; definitional characterization.

Introdução

Muitos concordariam, por exemplo, que a propriedade de ser irônico é uma que o particular Sócrates poderia não instanciar. Sócrates poderia ter encontrado uma maneira de persuadir seus interlocutores sem que precisasse usar de sua ironia. Comumente se diz que a propriedade de ser irônico é uma propriedade accidental de Sócrates. Muitos também afirmariam, por outro lado, que Sócrates não poderia não ser um humano ou, em outras palavras, que Sócrates tem de ser um humano. Aqui há mais controvérsia, mas, à primeira vista, a propriedade de ser um humano é essencial a Sócrates. Este é um modo muito comum de se apresentar a distinção entre propriedades essenciais e accidentais. Deixando os exemplos de lado, o modo como frequentemente essa distinção é traçada é o seguinte: (i) uma propriedade essencial de um particular é uma propriedade que o particular *tem de* instanciar e (ii) uma propriedade accidental de um particular é uma propriedade que esse particular instancia, mas que *poderia* não instanciar.

Quando dizemos que uma propriedade *tem de* ser instanciada ou que *poderia* não ser instanciada, implicitamente estamos usando os conceitos de necessidade e possibilidade. Como se sabe, *necessidade* e *possibilidade*¹ são conceitos interdefiníveis. Como afirma Robertson, dizer que alguma coisa é necessária é dizer que sua negação não é possível. E dizer que alguma coisa é possível significa dizer que sua negação não é necessária (ROBERTSON, 2008). A caracterização da distinção entre propriedades essenciais e accidentais mediante os conceitos de necessidade e possibilidade é amiúde denominada de “caracterização modal”. Neste ensaio, no entanto, irei me focar apenas na definição de propriedade essencial através da caracterização modal. À primeira vista, a caracterização modal é uma abordagem promissora para oferecer uma definição bem-sucedida de propriedade essencial. Assim, apresentarei algumas objeções contra esta caracterização, oferecendo respostas. Após isso, apresento um contraexemplo de Kit Fine (1994) e considero brevemente sua caracterização alternativa do conceito de propriedade essencial. Defenderei (i) que a caracterização alternativa de Fine é pior que a modal e que (ii) seus contraexemplos não são bem-sucedidos.

¹ Uso *necessidade* e *possibilidade*, em itálico, para falar dos conceitos de necessidade e possibilidade.

Caracterização modal da propriedade essencial

De acordo com a caracterização modal, uma definição bem-sucedida do conceito de propriedade essencial seria aquela oferecida no início deste ensaio. Podemos apresentá-la utilizando o conceito de necessidade, de maneira explícita, nos seguintes termos: algo é uma propriedade essencial de um particular se, e somente se, é uma propriedade que esse particular necessariamente instancia. Por vezes os filósofos adotam o linguajar dos mundos possíveis para tornar os conceitos modais de necessidade e possibilidade mais claros, o que é capaz de jogar luz na definição apresentada acima. Dizer que um particular necessariamente instancia uma dada propriedade é dizer que esse particular instancia essa propriedade em todos os mundos possíveis². Deste modo, se quisermos utilizar o linguajar dos mundos possíveis para definir propriedade essencial, teríamos o seguinte:

Definição modal: algo é uma propriedade essencial de um particular se, e somente se, é uma propriedade que esse particular instancia em todos os mundos possíveis.

Mas tão logo esta definição pareça bem-sucedida, num exame mais atento encontramos um problema de certo modo intrincado. Isto porque muitas propriedades que são *prima facie* essenciais seriam consideradas acidentais. Tome, por exemplo, a propriedade de Sócrates ser um ser humano. Estamos propensos a acreditar que a propriedade de ser um ser humano seja uma propriedade essencial de Sócrates. No entanto, como Sócrates não é um existente necessário, ou seja, como Sócrates não existe em todos os mundos possíveis, segue-se pela definição acima apresentada que a propriedade de ser um ser humano não é essencial a Sócrates. Portanto, pelo motivo errado, consideraríamos como acidentais as propriedades instanciadas por existentes não

² Para ser mais preciso, trata-se de uma propriedade instanciada por um particular em todos os mundos metafisicamente possíveis. Podemos entender a noção de mundos possíveis como mundos logicamente possíveis, fisicamente possíveis, epistemicamente possíveis, etc. É logicamente possível, por exemplo, que Sócrates viaje mais depressa que a luz, pois isso não acarreta alguma contradição lógica. No entanto, é fisicamente impossível Sócrates viajar mais depressa que a luz porque isso supostamente viola uma lei física, a saber, a de que nenhum objeto viaja mais depressa do que a luz. Não estou aqui comprometido com a extensão do conceito de mundo metafisicamente possível, ou seja, se o conceito é extensionalmente equivalente a mundos logicamente ou fisicamente possíveis. Para uma caracterização dos diversos tipos de possibilidade e necessidade, veja Vaidya (2007).

necessários, como parece ser o caso de Sócrates. Por isso num exame mais atento a definição modal parece malsucedida.

Para responder esta objeção, muitos reformulam a definição, que com efeito é uma variação da primeira:

Definição modal com a cláusula da existência: algo é uma propriedade essencial de um particular se, e somente se, é uma propriedade que esse particular instancia em todos os mundos possíveis *nos quais ele existe*.

Quando se introduz a cláusula “nos mundos possíveis em que o particular existe”, evita-se a primeira objeção levantada à caracterização modal. Apesar de Sócrates não existir em muitos mundos possíveis, o que conta é que ele instancie a propriedade de ser um ser humano nos mundos nos quais ele existe. E, com efeito, Sócrates supostamente instancia a propriedade de ser um ser humano nos mundos em que existe. Por outro lado, a propriedade de ser irônico não parece ser instanciada por Sócrates em todos os mundos nos quais ele existe. Deste modo, a definição modal com a cláusula da existência parece bem-sucedida. Contudo, há ainda razões para pensar que não seja satisfatória. Consideremos uma objeção.

O problema de especificar a natureza do conceito de propriedade essencial com a cláusula da existência é o fato de tornar a existência uma propriedade essencial de qualquer particular. Por exemplo, Sócrates (e qualquer outro particular) instancia a propriedade de existir em todos os mundos possíveis nos quais existe, uma vez que é impossível Sócrates existir e não instanciar a propriedade da existência. Portanto, a definição modal com a cláusula da existência teria de rejeitar a afirmação teísta segundo a qual a propriedade de existir é essencial relativamente apenas a Deus. E é desejável que uma definição bem-sucedida não nos comprometa com uma posição substancial sobre outros problemas. Suponha, por exemplo, que uma definição do conceito de verdade implique que não podemos conhecer proposição alguma. Dificilmente consideraríamos como bem-sucedida essa definição de *verdade*, uma vez que sua aceitação fará com que nos posicionemos substancialmente sobre outro problema, designadamente um problema da epistemologia.

A resposta a esta objeção consiste em traçar uma distinção entre propriedades essenciais e necessárias. Uma propriedade necessária é aquilo que denominei anteriormente de “definição modal de propriedade essencial”. Ou seja, uma propriedade

necessária de um particular é uma propriedade instanciada por esse particular em todos os mundos possíveis. Portanto, quando um teísta afirma que apenas Deus tem a existência como uma propriedade essencial, o que ele na realidade afirma é que apenas Deus tem a existência como uma propriedade necessária. Sócrates, por exemplo, não tem a existência como propriedade necessária pelo simples motivo de que Sócrates, à diferença de Deus, não é um existente necessário. Desse modo, a definição modal com a cláusula da existência parece acomodar sem problemas a tese teísta.

Se essa resposta está correta, então a definição modal com a cláusula da existência parece ser uma definição bem-sucedida de propriedade essencial. Ela parece se adequar bem ao nosso entendimento comum da noção de propriedade essencial. No entanto, é preciso ainda levantar uma objeção mais séria. Trata-se de um contraexemplo apresentado por Kit Fine (1994).

O contraexemplo de Kit Fine

Antes de apresentar o contraexemplo, vejamos novamente a definição modal com a cláusula da existência (doravante DMC):

DMC: algo é uma propriedade essencial de um particular se, e somente se, é uma propriedade que esse particular instancia em todos os mundos possíveis *nos quais ele existe*.

Esta definição estabelece as condições necessárias e suficientes para algo ser uma propriedade essencial. Colocarei estas condições de maneira explícita:

Condição necessária da DMC: se algo é uma propriedade essencial de um particular, então é uma propriedade que esse particular instancia em todos os mundos possíveis nos quais ele existe.

Condição suficiente da DMC: se algo é uma propriedade que um particular instancia em todos os mundos possíveis nos quais ele existe, então é uma propriedade essencial desse particular.

Kit Fine apresenta seu contraexemplo para mostrar que a condição suficiente da DMC é uma condicional falsa (FINE, 1994, p.4). Para facilidade de expressão na

exposição do contraexemplo de Fine, estipularei que a palavra “singleton” designa um conjunto que contém exatamente um único elemento.

Consideremos Sócrates e o conjunto cujo único membro é Sócrates (*op. cit.* p.4). De acordo com a DMC, Sócrates tem a propriedade essencial de pertencer ao *singleton* Sócrates. Ou, dito em outras palavras, Sócrates instancia em todos os mundos possíveis nos quais ele existe a propriedade de pertencer ao conjunto cujo único membro é ele próprio. No entanto, prossegue Fine, isto contraria nossas intuições, uma vez que não faz parte da natureza de Sócrates pertencer ao *singleton* Sócrates (*op. cit.* p.4). Não há nada na natureza de Sócrates que exija que ele pertença ao *singleton* Sócrates. Se isso for verdade, então a condição suficiente da DMC é uma condicional falsa. Afinal, a antecedente é verdadeira (Sócrates instancia a propriedade de pertencer ao *singleton* Sócrates em todos os mundos possíveis em que existe) e a consequente é falsa (a propriedade de pertencer ao *singleton* Sócrates não lhe é essencial). Antes de oferecer uma resposta ao contraexemplo de Fine, convém mencionar brevemente sua caracterização alternativa.

Levando em conta o contraexemplo à condição suficiente da definição, Kit Fine propõe a *caracterização definicional* do conceito de propriedade essencial, uma caracterização que remonta, como mostra Fine, a Aristóteles (FINE, 1994, p.2). As propriedades essenciais de um particular, de acordo com essa caracterização, são partes das definições desse particular. Por exemplo, a propriedade de 2 ser um número par é parte de uma definição do particular 2, ao contrário da propriedade de pertencer ao *singleton* {2}, que não faz parte de uma definição do particular 2 (cf. ROBERTSON, 2008, §2). Analogamente, faz parte da definição de Sócrates ser um ser humano, mas não faz parte da definição de Sócrates pertencer ao *singleton* Sócrates. Contudo, não é surpreendente que a caracterização definicional apresente alguns problemas.

Problemas da caracterização definicional

Para início de conversa, é importante considerar que surge uma dificuldade inicial à caracterização definicional (cf. ROBERTSON, 2008, §2). A dificuldade é a de que o defensor dessa caracterização parte do pressuposto segundo o qual podemos definir particulares. Trata-se de uma dificuldade porque certos filósofos consideram isso como um erro categorial. A razão que esses filósofos apresentam é que o conceito de

definição se aplica apenas a termos e conceitos, nada mais. Para evitar esse problema, portanto, o defensor da caracterização definicional está comprometido em tornar plausível por que não é um erro categorial definir particulares.

Consideremos agora uma objeção à caracterização definicional. Faz parte da definição de Sócrates, por exemplo, ser um cartão de crédito. Em outras palavras, somos capazes de definir Sócrates do seguinte modo: Sócrates é um cartão crédito. Esta é, sem dúvidas, uma definição falsa, mas ainda assim é uma definição. E definitivamente não é uma propriedade essencial de Sócrates ser um cartão de crédito. Portanto, o defensor da caracterização definicional estaria comprometido em considerar a propriedade de ser um cartão de crédito como uma propriedade essencial de Sócrates, o que é bizarro. Contudo, há – é claro – uma resposta a essa objeção. O que o defensor da caracterização definicional provavelmente quer dizer ao propor sua tese é que uma propriedade essencial faz parte de uma definição verdadeira do particular. Certamente a definição de Sócrates como um cartão de crédito é falsa. Assim, o defensor da caracterização definicional não é compelido a aceitar que a propriedade de Sócrates ser um cartão de crédito lhe é essencial.

Mas considere agora a seguinte definição: Sócrates é aquilo que pertence ao *singleton* Sócrates. Esta é, assim me parece, uma definição verdadeira do particular Sócrates. Portanto, o defensor da caracterização definicional tem de enfrentar o mesmo problema que o defensor da caracterização modal: ou seja, ambas as caracterizações têm de considerar a propriedade de pertencer ao *singleton* Sócrates como essencial a esse particular. Além disso, a definição “Sócrates é irônico” também é uma definição verdadeira de Sócrates; no entanto, a propriedade de ser irônico não lhe é essencial. Uma resposta a essa objeção talvez seja considerar a noção de definir um particular como uma definição *bem-sucedida*. Assim, a propriedade de pertencer ao *singleton* Sócrates ou a de ser irônico não é essencial a Sócrates porque as definições “Sócrates é aquilo que pertence ao *singleton* Sócrates” e “Sócrates é irônico” não são bem-sucedidas. Esta resposta parece evitar esse problema, mas não parece imune a outra objeção.

Considere a definição “Sócrates é Sócrates”. Estamos propensos a aceitar que uma propriedade essencial de Sócrates é a de ser numericamente idêntico a si próprio. E o próprio Kit Fine aceita que a propriedade de ser numericamente idêntico a si próprio é uma propriedade essencial de Sócrates. Contudo, isso é excluído pela caracterização

definicional, pois a definição “Sócrates é Sócrates” não é uma definição bem-sucedida do particular Sócrates. Afinal, trata-se de uma definição viciosamente circular. Portanto, a caracterização definicional tem o problema de não considerar a propriedade de um particular ser numericamente idêntico a si próprio como essencial.

A ideia geral dessa objeção à caracterização proposta por Kit Fine é simples. A noção de definir um particular é vaga e tem de ser precisada. Se entendermos essa caracterização de propriedade essencial como apenas definir um particular, teremos o problema de considerar como essenciais propriedades que não o são. Se entendermos essa caracterização como uma definição *verdadeira* de um particular, ela enfrentará o mesmo tipo de contraexemplo que a caracterização modal enfrenta, e também terá de considerar como essenciais propriedades que não o são (*e.g.*, a propriedade de Sócrates ser irônico). Finalmente, se entendermos a caracterização como uma definição *bem-sucedida*, teremos de excluir a propriedade de um particular ser numericamente idêntico a si próprio. Deste modo, embora o contraexemplo de Fine seja à primeira vista um problema à caracterização modal, sua proposta parece ainda menos plausível, e acaba por enfrentar um problema ainda mais grave que a caracterização modal enfrenta.

Penso que a definição do conceito de propriedade essencial mediante a caracterização modal seja mais promissora que a caracterização definicional. Para tanto, convém explorar uma resposta para mostrar que o contraexemplo de Fine não é tão poderoso para refutar a caracterização modal.

Possível resposta ao contraexemplo de Fine

É bom lembrar que o contraexemplo de Fine suspostamente mostra é que a condição suficiente da definição modal é uma condicional falsa:

Condição suficiente da DMC: se algo é uma propriedade que um particular instancia em todos os mundos possíveis nos quais ele existe, então é uma propriedade essencial desse particular.

Isso acontece porque a antecedente é verdadeira (Sócrates instancia a propriedade de pertencer ao *singleton* Sócrates em todos os mundos possíveis em que existe) e a conseqüente é falsa (a propriedade de pertencer ao *singleton* Sócrates não lhe é essencial).

A resposta ao contraexemplo consiste em considerar que a antecedente da condicional não é obviamente verdadeira. Isso porque pode-se considerar que há mundos possíveis onde Sócrates existe e não há conjuntos. Assim, nesses mundos, Sócrates não tem a propriedade de pertencer ao conjunto cujo único elemento é ele próprio justamente porque nesse mundo não há quaisquer conjuntos. Portanto, o problema do contraexemplo é pressupor já de antemão que conjuntos são existentes necessários. Para mostrar que o contraexemplo do *singleton* é bem-sucedido em mostrar que a condicional supracitada é falsa, o adversário da caracterização modal terá de mostrar por que conjuntos são existentes necessários. No entanto, ao usar a premissa de que conjuntos são existentes necessários para nos persuadir a favor da conclusão de que a caracterização modal não é bem-sucedida, o adversário da caracterização definicional não apresenta um argumento cogente, pois a premissa de que conjuntos são existentes necessários é menos plausível do que a conclusão que o adversário da caracterização modal quer defender (considerando que um argumento é cogente se é sólido e suas premissas são mais plausíveis que a conclusão).

O adversário da caracterização modal pode replicar que há mais contraexemplos além daquele de apelar a uma entidade abstrata. Como diz Fine, “considere dois objetos cujas naturezas são desconexas, digamos Sócrates e a Torre Eiffel. Então é necessário que Sócrates e a Torre Eiffel sejam distintos. Mas não é essencial a Sócrates que seja distinto da Torre” (FINE, 1994, p.5). Neste contraexemplo, segundo a caracterização modal, em todos os mundos possíveis em que Sócrates existe, ele instancia a propriedade de ser numericamente distinto da Torre Eiffel. Contudo, a propriedade de ser distinto da Torre não parece essencial a Sócrates, pois não diz coisa alguma sobre a sua natureza.

Não penso, entretanto, que este seja um bom contraexemplo à caracterização modal. O que Kit Fine chama atenção é que a propriedade de Sócrates ser distinto da Torre Eiffel não diz algo sobre a natureza de Sócrates. Mas não é preciso admitir que uma propriedade essencial de um particular diga alguma coisa a respeito da natureza desse particular. Isso porque podemos captar a ideia que Kit Fine tem em mente através da distinção entre propriedades intrínsecas e extrínsecas. Grosso modo, uma propriedade intrínseca de um particular é uma propriedade que o particular instancia apenas em virtude de ser o que é (tal como a propriedade que Sócrates tem de ser idêntico a si próprio). E uma propriedade extrínseca de um particular é uma propriedade

que o particular instancia em virtude da existência de outros particulares (tal como a propriedade de Sócrates ser distinto da Torre Eiffel). Assim, consegue-se captar a ideia de Kit Fine – a saber, a de que a propriedade de Sócrates ser distinto da Torre Eiffel não diz nada sobre a natureza de Sócrates – ao dizer que tal propriedade é extrínseca a Sócrates. Embora as propriedades de Sócrates ser idêntico a si próprio e ser distinto da Torre Eiffel lhe sejam essenciais, tais propriedades se distinguem pelo fato da primeira ser intrínseca e a segunda extrínseca.

Portanto, não é preciso rejeitar a caracterização modal do conceito de propriedade essencial pelo fato dessa caracterização não conseguir captar a ideia de que a propriedade de Sócrates ser distinto da Torre Eiffel não diz nada sobre sua natureza. Afinal, pode-se argumentar, não cabe ao conceito de propriedade essencial captar isso, mas sim à distinção entre propriedades intrínseca e extrínseca. O que Kit Fine chamou nossa atenção foi para o fato de algumas propriedades essenciais não serem intrínsecas. Contudo, Fine não apresenta uma razão independente para nos fazer pensar que todas as propriedades essenciais são intrínsecas. Assim, o seu contraexemplo não parece bem-sucedido em mostrar que a definição modal do conceito de propriedade essencial seja falsa.

A resposta acima pode acarretar consequências contraintuitivas. Por exemplo, alguém com uma forte intuição finiana poderá argumentar que é contraintuitivo definir o conceito de propriedade essencial de modo a permitir que a propriedade de Sócrates ser distinto da Torre Eiffel lhe seja essencial. Eu penso que esta seja uma boa intuição de partida para uma caracterização alternativa do conceito de propriedade essencial. Mas, é claro, não é só de intuições que vive um filósofo. Para alguém manter essa intuição ao definir o conceito de propriedade essencial sem recorrer a noções modais, tem de oferecer uma definição alternativa que seja plausível. E a caracterização alternativa que considere não o é (admitindo que as razões que apresentei são sólidas). Então, ao avaliar as duas abordagens alternativas, a saber, a caracterização modal e a caracterização definicional, eu diria que a primeira tem essa consequência contraintuitiva, mas a segunda é implausível por diversas razões; por exemplo, é extensionalmente inadequada, pois considera como essenciais algumas propriedades que não o são. Portanto, em termos de plausibilidade das abordagens, eu diria que a caracterização modal é melhor.

Além disso, o que eu disse acima não implica que a caracterização modal não capta intuição alguma. Intuitivamente, uma propriedade essencial de um particular é uma propriedade que o particular instancia em quaisquer circunstâncias. Parece que, *prima facie*, esta é a intuição que o defensor da caracterização modal quer captar. E ele consegue captá-la muito bem. O defensor da caracterização modal não está obrigado a captar todas as intuições; na melhor das hipóteses, está obrigado a ter uma explicação do porquê um determinado exemplo parece contraintuitivo. Minha explicação para o contraexemplo de Fine, como o leitor pôde notar, consistiu em mostrar que o autor não levou em conta a distinção entre propriedades intrínsecas e extrínsecas.

Obviamente esta não foi traçada com o único propósito de responder à objeção de Fine. Ela é particularmente relevante no caso das propriedades de Cambridge (veja a respeito GEACH, 1969). Por exemplo, enquanto o leitor lê estas páginas, ganha e perde diversas propriedades relacionais. Há um momento atrás o leitor tinha a propriedade de estar à distância $d0$ de mim, mas neste exato momento tem a propriedade de estar à distância $d1$, pois acabei de dar um passo à frente. Considere todas as pessoas que estejam andando; enquanto há um momento atrás o leitor tinha a propriedade de estar à distância $d0$ dessas pessoas, neste momento tem a propriedade de estar à distância $d1$. Essas propriedades relacionais, como sugeriu Peter Geach, não parecem constituir uma mudança genuína, mas são “meras mudanças de Cambridge”, que Geach assim denominou porque alguns filósofos de Cambridge, como Russell, concebiam que um particular sofre mudanças se ganha ou perde propriedades. A distinção entre propriedades intrínsecas e extrínsecas permite captar a intuição de que as mudanças de Cambridge não são mudanças genuínas. As propriedades do leitor que mencionei acima lhe são extrínsecas, mas não intrínsecas. Essas propriedades de Cambridge instanciadas pelos particulares parecem que lhes são apenas extrínsecas, mas não intrínsecas.

Finalmente, gostaria de considerar um último tipo de contraexemplo que faz apelo a propriedades expressas por enunciados logicamente verdadeiros, como, por exemplo, “ser verde ou não ser verde”, “ser par se for igual a 2”, etc. Segundo a definição modal, essas propriedades são essenciais, mas, intuitivamente, poder-se-ia argumentar, não parecem essenciais. Eu realmente não sei se há uma intuição de que uma propriedade como a de ser verde ou não, não é essencial. Eis um *modus tollens* contra a ideia de que não o seja. Se essas propriedades não são essenciais, então são acidentais. Mas essas propriedades não são acidentais. Portanto, são essenciais. O que

me parece contraintuitivo é defender que essas propriedades sejam acidentais. Em todo o caso, parece haver uma diferença entre a propriedade de Sócrates ser um ser humano e a propriedade de ser ou não ser verde. Mas para captar isso, penso, teremos de recorrer à distinção entre propriedades intrínsecas e extrínsecas, ao contrário de dizer que a propriedade de ser ou não ser verdade não é essencial a Sócrates. Esta é uma propriedade extrínseca a Sócrates, enquanto que a propriedade de ser um ser humano lhe é intrínseca. Em resumo, nós queremos captar com o conceito de propriedade essencial aquelas propriedades que os particulares instanciam em quaisquer circunstâncias; e nós queremos captar com o conceito de propriedade intrínseca aquelas propriedades que dizem respeito à natureza do particular. Não me parece surpreendente que algumas propriedades essenciais não sejam intrínsecas.

Conclusão

A conclusão deste ensaio é a de que os contraexemplos de Kit Fine não são suficientemente fortes a ponto de nos fazer abandonar a caracterização modal do conceito de propriedade essencial. Por um lado, procurei brevemente mostrar que a caracterização alternativa apresentada por Fine é menos plausível que a modal; por outro, que os contraexemplos não são bons o bastante para rejeitarmos a caracterização modal. Penso que o adversário da caracterização modal terá de levar em conta o que fora aqui brevemente discutido.

Referências

- FINE, Kit. (1994) “*Essence and Modality*”. *Philosophical Perspectives* 8:1-16.
- GEACH, Peter. 1969. **God and the Soul**. South Bend, IN: St. Augustine’s Press, 2001.
- ROBERTSON, Teresa. (2008) “*Essential vs. Accidental Properties*”. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (dir.).
- VAIDYA, Anand. (2007) “*The Epistemology of Modality*”. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (dir.).